

Ecocumplicidade em *A Visão das Plantas* de Djaimilia Pereira de Almeida

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.50.7>

Sandra Sousa

Ecocrítica e Memória Contra o Império

Djaimilia Pereira de Almeida é uma das mais recentes autoras afrodescendentes em Portugal a ganhar uma crescente visibilidade e importância com a contínua publicação de uma obra literária que não deixa de surpreender o seu público leitor e crítico. Como afirma Margarida Rendeiro (2022), Almeida “é um exemplo de uma autoria e vivência afrodescendente que tanto deve às referências culturais portuguesas como à cultura angolana” e cujas narrativas “desestabilizam imaginários cartográficos para refletir sobre a complexidade cultural da vivência afrodescendente, contribuindo para uma polifonia ausente sobre a memória coletiva no espaço público e consequente reparação histórica” (p. 43). Na mesma linha de pensamento, Margarida Calafate Ribeiro (2020) refere que a escritora se afirma em Portugal num contexto literário de abrangência europeia “de identidades herdeiras dos processos coloniais, que procuram

as suas continuidades na Europa de hoje, ao mesmo tempo que se inscrevem numa genealogia literária portuguesa de imaginação e de demanda de Portugal e da Europa” (p. 82).

A Visão das Plantas, como afirma Nicola Biasio (2021), “marca uma mudança significativa na poética da escritora” (p. 139). De facto, neste livro Djaimilia Pereira de Almeida (2019) segue uma longa tradição de escrita e retórica ambiental. No entanto, a especificidade da sua narrativa também a liga a uma importante tradição nas letras africanas. Byron Caminero-Santangelo (2014) lembra-nos de que a história de culturas africanas pré-coloniais naturais e harmoniosas e o impacto corruptor do colonialismo foi um aspeto proeminente da negritude que começou na década de 1930 e continua saliente na poesia, ficção e drama africanos. Estas narrativas têm normalmente como finalidade uma contra-narrativa, ou seja, elas criam histórias que desafiam as representações imperiais de África, nas quais o continente é definido pela negação (ausência de história, desenvolvimento, civilização, etc.) e em que a interferência do conquistador europeu é uma necessidade para a ordenação adequada da natureza (selvagem) e educação (civilização) dos seus povos. De acordo com Gayatri Spivak (1985), estas representações fazem parte de uma “mundialização daquilo a que hoje se chama ‘o Terceiro Mundo’” (p. 247), em que lugares e povos são colocados numa ordem global hierárquica de acordo com o seu progresso relativo numa linha temporal universal de desenvolvimento. Nesta ordem, a África e os africanos estão sempre na base, sem nenhum histórico de prática agrícola ou ambiental efetiva. Daí que Spivak (1985) tenha chamado a atenção para se pensar “do Terceiro Mundo como culturas distantes, exploradas, mas com um rico património intacto à espera de ser recuperado, interpretado e curricularizado na tradução inglesa” (p. 247). No entanto, a solução de Spivak não é a mais eficaz, uma vez que ainda é um discurso protegido por uma certa forma de cumplicidade, como tentarei elucidar. Embora o livro de 2019 de Djaimilia Pereira de Almeida não se centre na degradação ambiental ou nas relações ecológicas, ao contrário de muitos dos poetas da negritude, ele faz-nos pensar sobre as mudanças ambientais reais forçadas pela ideologia e política colonial

e nos benefícios de práticas ambientais e epistemologias indígenas concretamente definidas.

Na sua acutilante análise ecocrítica de *A Visão das Plantas*, Nicola Biasio (2021) conclui que,

no panorama literário da pós-memória afrodescendente em Portugal, *A visão das plantas* de Djaimilia Pereira de Almeida desenvolve um papel inovador e de grande mérito para refletir sobre o passado colonial e suas heranças no presente do país. Através da visão inusual das plantas, o verdadeiro intento do livro é o de suspender o juízo sobre o passado para nos convidar a pôr atenção àquele diálogo mútuo e silencioso entre homem e natureza, entre dominador e dominado, entre opressor e vítima, em vista de uma possível política que não seja de acusação, mas sim de *conciliação* [ênfase adicionada] no futuro de Portugal. (p. 147)

Se concordarmos com a conclusão da análise de Biasio (2021), somos levados a aceitar que esta obra se situa na mesma linha das narrativas pastorais anticoloniais, nas quais encontramos nas implicações políticas do seu idealismo uma solução super-simplificada para os problemas ambientais atuais (um retorno cultural), além de uma eliminação de relações políticas e económicas estruturais em escalas locais e globais. Além disso, como afirma Caminero-Santangelo (2014), essas narrativas idealistas estão frequentemente ligadas a um discurso nacionalista de essências comunitárias e geográficas. Mas o livro de Djaimilia leva-nos a refletir sobre outras questões, nomeadamente em como o sujeito do antropoceno é mais bem entendido como um processo material de racialização, encontrando-se preso na produção das suas origens raciais que continuam até ao presente: “o discurso antropocêntrico promove uma inscrição global fundamental da raça na conceção da humanidade que é apresentada como um objeto de preocupação no Antropoceno” (Yusoff, 2018, p. 61).

Proponho aqui uma complexificação do argumento de Biasio (2021), seguindo a teoria da ecocumplicidade desenvolvida por Chris Malcolm (2020) em “Ecocomplicity and the Logic of Settler-Colonial Environmentalism” (Ecocomplicidade e a Lógica do Ambientalismo Colonial dos Colonos) ou seja, se *A Visão das Plantas* tem em vista uma conciliação entre “entre homem e natureza, entre dominador e dominado, entre opressor e vítima”, então, o texto situa-se numa linha de outros textos marcados por pragmatismo, aceitação e cumplicidade ao serem confrontados com a ultrapassagem dos limites climáticos, por um lado, e a distribuição diferencial de histórias de racismo e injustiça ambiental, por outro. A questão que se impõe é a seguinte: podemos falar em conciliação quando na época denominada por “antropoceno”, marcada pelas operações do capitalismo tardio e imperialismo, uma crise global ecológica devedora desses dois marcos continua a gerar a mesma superexploração das populações do Sul Global?

Em oposição aos outros livros de Djaimilia Pereira de Almeida, esta obra literária remete o leitor para o passado “em que tudo começou”, ou seja, para o início da descoberta de novos territórios, de exploração e expropriação de terras e seres humanos, de comercialização de bens e tráfico de humanos entre o continente africano e as Américas. Numa expressão remonta ao início do capitalismo histórico que, de acordo com John Bellamy Foster et al. (2019), “não pode ser entendida fora da sua existência como um sistema mundial colonial/imperialista no qual o exercício violento do poder é uma realidade sempre presente ” (para. 2). Por outras palavras, o capitalismo levou aos mais brutais sistemas de expropriação que o mundo alguma vez conheceu: “a escravidão, a misoginia (venda de esposas, queima de bruxas, superexploração de mulheres e crianças), a apropriação de terras, o genocídio e a destruição da terra, que se estende a todo o planeta” (Foster, 2019, para. 4). Este processo de expropriação, ou o processo de apropriação sem equivalente (ou sem reciprocidade), reflete-se no modo como o personagem principal do livro, o Capitão Celestino, se dedica a cultivar e domar um jardim na sua velha casa de família, à qual retorna para morrer, obrigando-nos a pensar em exercícios de violência contínuos que

são tributários desse tempo e se estendem até ao momento em que a escritora pega na “pena” para escrever a contemporaneidade. *A Visão das Plantas* é mais um livro de “barulho” do que de silêncio, como Biasio (2021) propõe, uma vez que o silêncio do passado é uma falácia, ele nunca existiu, tem sido desde sempre abafado através de diferentes métodos.

Chris Malcolm (2020) demonstra como o discurso da ecocumplicidade, por vezes inconscientemente, tenta gerenciar e, mesmo, justificar o carácter contínuo dos antagonismos raciais e coloniais. Segundo o crítico, existem manobras defensivas que aparecem quando se confronta justiça ambiental e racismo. A sua preocupação é “a construção racial do social e a forma como os discursos ambientais, incluindo os que tentam rastrear os danos ambientais, continuam a decidir a favor dessa realidade social racializada” (p. 108). Deste modo,

incapaz de admitir que essa realidade é construída através da subjugação racial, o discurso da ecocumplicidade implica, portanto, uma estrutura de subjetividade e de realidade social em desacordo com os antagonismos raciais e de classe subjacentes às realidades materiais das alterações climáticas. Para os seus defensores, a ecocumplicidade é considerada suficiente porque o desempenho da responsabilidade admite alguns sentimentos de culpa como o preço de fazer parte, ou de pertencer, à sociedade. (p. 108)

O paradoxo subjacente à ecocumplicidade é apresentar-se como uma atividade moral e reparadora, alimentando, porém, a manutenção e reforço da desigualdade racial. Como afirma Malcolm (2020),

os parâmetros discursivos da ecocumplicidade deixam de lado as questões da justiça racial e ambiental (...). Não aceitar a existência e a continuação destes problemas - como a violência colonial dos colonos, por exemplo - como os custos infelizes da vida contemporânea parece impossível para alguns, semelhante a negar a própria realidade. (p. 110)

Neste sentido, não podemos ler *A Visão das Plantas* (Almeida, 2019) como uma atividade performativa de ecocumplicidade uma vez que não deixa de lado questões de justiça racial ao invocar o passado de Celestino, permeado de violência não apenas contra seres humanos, mas também contra a natureza.

Se, por outro lado, e como Biasio (2021) afirma, este livro de Djaimilia aponta para uma conciliação no futuro de Portugal, então ele encaixa-se num dos parâmetros de ecocumplicidade definidos por Malcolm (2020), isto é, “a ecocumplicidade como forma de regulação social, porque [a] crença de que a aceitação das condições coercivas da realidade, por mais infeliz que seja, permite de facto uma percepção clara dos problemas ambientais” (p. 118), reconciliando-se com o que foi e com o que é, aceitando a contínua expropriação colono-colonizado. Para além do mais, Djaimilia estaria a ignorar aqueles para os quais o mundo social não é um novo mundo de crueldade e aos quais nunca foi oferecida a possibilidade de reconhecimento. Por outras palavras, ecocumplicidade, aqui, refletiria um otimismo cruel que, segundo a definição de Povinelli (2016), ao afirmar que “crueldade”, mesmo no seu limite, não começa sequer a aproximar a problemática geotopolítica das populações racializadas.

Se, na mesma linha, o livro aponta para uma contenção e resolução como a solução proposta para o futuro de Portugal, então, ele encaixar-se-ia dentro dos parâmetros existentes de manutenção de uma sociedade baseada numa violência racial passada e que se mantém na mesma ordem em relação aos seus descendentes. Deste modo, *A Visão das Plantas* seria apenas uma forma simplista de trazer para a literatura em língua portuguesa “uma moda ecocrítica”, ao conceder a existência de racismo e injustiça ambiental, mas ignorando o facto de que “a resolução e a reconciliação são normativas precisamente porque se baseiam na aceitação dos custos sociais, imaginando os grupos que os devem suportar” (Malcolm, 2020, p. 127). No entanto, parece-me mais produtivo ler este livro de Djaimilia Pereira de Almeida seguindo a convocação de Audra Simpson (2016) para a “necessidade de práticas pedagógicas de antagonismo refletido e de ‘contenção’ e não de ‘reconciliação’” (p. 5). Isto porque, embora se refira a um outro Estado, a premissa é a mesma:

o Estado colonizador está a pedir para perdoar e esquecer, sem terra de volta, sem justiça e sem paz. Considero que este pedido de perdão por parte de um Estado assassino, tendo em conta o que sabemos e continuamos a saber, se aproxima do absurdo, se não mesmo do insulto, apesar da sua intenção conciliatória. Isto porque a violência histórica, corporal e heurística, juntamente com o roubo, estão entre aquelas coisas que são realmente impossíveis de perdoar, quanto mais de esquecer. (Simpson, 2016, p. 14)

Está Djaimilia Pereira de Almeida em *A Visão das Plantas* a promover um tipo de reconciliação que convém a um Estado que continua a perpetuar relações desiguais no seu próprio território? Ou a ambiguidade a que Basio (2021) se refere no seu artigo é a tentativa de integrar uma irresolução irredutível, embora inquietante, mas que poderá formar a base para uma luta contemporânea de justiça ambiental e racial?

Talvez uma das respostas possíveis, de acordo com a minha leitura, seja explorar a ideia de ecoterapia para o imperialista. Jamaica Kincaid (2020) analisa a prática cultural de jardinagem europeia como uma outra forma de possessão imperial.

No jardim, realizamos o ato de possuir. (...) O aparecimento do jardim no nosso quotidiano é de tal forma aceite que a sua presença é encarada como terapêutica. Há quem diga que a monda é uma forma de conforto e de se instalar na miséria ou na felicidade. O jardim torna gratificante a gestão de um excesso de sentimentos - bons e maus - de uma forma que nunca consigo compreender. O jardim é um amontoado de perturbações, e pode ser que a minha história particular, a história que partilho com milhões de pessoas, comece com a remoção violenta dos nossos antepassados de um Éden. As regiões de África de onde vieram teriam sido como o Éden, e o horror que os encontrou nesse “Novo Mundo” poderia certamente ser visto como a Queda. A tua casa, o lugar de onde

vens, é sempre o Éden, o lugar onde até as imperfeições eram perfeitas, e tudo o que aconteceu depois desse início interrompeu o teu Paraíso. (para. 7)

Kincaid (2020) situa a perda do jardim do paraíso dos povos africanos no encontro entre estes e os europeus, assente na violenta história do tráfico de escravos. Nessa altura, “o mundo do jardim mudou” (Kincaid, 2020, para. 8). Para a escritora, como para Bellamy Foster (2019), Malcolm (2020), Simpson (2016), e nas entrelinhas do livro de Djaimilia Pereira de Almeida (2019), é este o marco que despoletou a forma de vida contemporânea:

esse empreendimento, pelo menos para mim, é a forma como o mundo em que vivemos agora começou; não só afetou a vida doméstica dos europeus (onde é que as pessoas num quadro de Rembrandt arranjaram todas aquelas coisas que estão a empilhar?), mas, de repente, estavam suficientemente abastados para se interessarem por mais do que o sustento, ou a Árvore da Vida (agricultura); podiam agora interessar-se em cultivar os frutos da Árvore do Conhecimento (horticultura). (Kincaid, 2020, para. 8)

Kincaid (2020) enfatiza, deste modo, o poder transformador dos empreendimentos humanos e o impacto que eles podem ter nas sociedades e culturas ao longo do tempo. Ao descrever como a conquista e a colonização levaram a uma mudança significativa nos desejos e aspirações dos conquistadores, a escritora destaca o impacto da colonização na disseminação de conhecimentos, ideias e artefactos culturais. Kincaid descreve o poder transformador da conquista e como ela pode levar a mudanças na forma como as pessoas percebem e apreciam a beleza e o prazer.

De repente, os conquistadores podiam fazer mais do que alimentar-se; podiam também ver e desejar coisas que não tinham qualquer utilidade para além do prazer que produziam. Quando Cortés viu

o jardim de Montezuma, um jardim que incorporava um lago onde hoje se situa a capital do México, não mencionou a profusão de flores exóticas que hoje cultivamos com facilidade nos nossos próprios jardins (dálías, zínias, malmequeres).

O jardim tem um lugar de destaque na era das conquistas, a começar pela viagem do Capitão Cook às regiões que hoje conhecemos como Austrália, Nova Zelândia, Nova Guiné e Taiti, cujo objetivo era, ostensivamente, observar o raro acontecimento do trânsito de Vénus. Nesta viagem, em 1768, a primeira das três viagens de Cook à volta do mundo, levou consigo o botânico Joseph Banks e também Daniel Charles Solander, aluno de Carolus Linnaeus. Os dois tomaram notas cuidadosas sobre tudo o que viram. Banks decidiu que a fruta-pão das ilhas do Pacífico seria um bom alimento para os escravos das ilhas britânicas das Índias Ocidentais; os proprietários de escravos estavam preocupados com o tempo que as pessoas escravizadas levavam a cultivar alimentos para se sustentarem, e a fruta-pão crescia com pouco cultivo. Assim, as ilhas do Pacífico chegaram às Índias Ocidentais. Banks também introduziu o cultivo do chá (*Camellia sinensis*) na Índia. (Kincaid, 2020, paras. 9–10)

Numa frase, Kincaid (2020) resume a história europeia de violência, extração, expropriação e pilhagem de povos e dos seus recursos naturais: “os caçadores de plantas são os descendentes de pessoas e ideias que costumavam caçar pessoas como eu” (para. 15). Celestino não é, no entanto, um destes descendentes, mas um dos primeiros “caçadores” de pessoas e usurpadores da natureza. É nas histórias contadas aos meninos da aldeia que o temem, mas que, ao mesmo tempo, por ele se sentem atraídos, que ouvimos a voz de Celestino em primeira pessoa, uma voz que se gaba das suas proezas em África:

vinde a mim, meninos, a mim que degolei gargantas e durmo o sono dos justos. Quereis saber o que matei? Matei macacos e cavalos. Serpentes, vespas, um elefante. Um crocodilo

do tamanho de uma jangada: cortei-o em cinco partes, enquanto me ri da fortuna que o colosso me renderia. Matei dez mulheres, a uma delas cortei os pés. Matei um corvo, para o comer. Rapozas, ratazanas. Matei centenas de homens com as minhas mãos e elas não me caíram. Matei os sonhos de um milhar de outros. Queimei cabanas. Um dia, mordi o pescoço dum homem até lhe arrancar as veias para fora. Espetei uma lança no peito de um amigo. Roubei dinheiro. Rebentei o crânio de um albino contra uma rocha. E a seguir esquartejei-o. (Almeida, 2019, pp. 25–26)

Ao fim de uma vida permeada pela violência extrema, onde o episódio do assassinato de um grupo de pessoas escravizadas a bordo do seu navio e de um grupo de holandeses, deixando a sobrinha de um deles “sozinha no mato, presa a um tronco” (Almeida, 2019, p. 25), Celestino regressa à casa de família sem remorso nem culpa aparentes, dedicando-se a transformar um “jardim desgovernado” (p. 15) — leia-se em estado selvagem: “o quintal, tomado pelas silvas, as urtigas e os cardos” (p. 11) — numa “perfeição” (p. 19): “mondava a tarde inteira, amontoando os cardos, as silvas, as folhas secas, arrancando da terra às mãos-cheias as raízes das pragas infatigáveis” (p. 15). Deste modo, jardinar não é uma forma de terapia ou escape do império, mas uma outra instância do império em que o transplante de especiarias, por exemplo, se torna evidente nas palavras do Padre Alfredo: “plantou caril, capitão? Anda por aqui um perfume intenso” (Almeida, 2019, p. 19).

Parece-me que o que pode iludir o leitor de *A Visão das Plantas* é a descrição de um amor pelo seu jardim e pelas plantas que se julga como uma incongruência num homem que cometeu atos de extrema gravidade e crueldade. No entanto, isso seria afirmar, pressupor e concordar que os seres humanos são apenas ou bons ou maus ou que os colonizadores não pensavam que estavam a fazer algo de extraordinário ao “civilizar” outros povos. A literatura, e não só, obviamente, ensina-nos que o ser humano é muito mais complexo.

O personagem tenta, e espera que, com a criação do jardim, transcender o seu passado imperial, mas, seguindo o pensamento de Kincaid (2020), ele acaba apenas por sublimá-lo, deslocando o império para uma outra forma de prática cultural: a jardinagem ornamental. Podemos-nos perguntar: o que pensa ele ganhar com as plantas do seu jardim? Para além de ser sua intenção, não sem um grau de egoísmo, “morrer consolado entre as plantas, rodeado de tons e aromas” uma vez que “ia a caminho de cegar” (Almeida, 2019, p. 15), elas servem também como distração do facto que “as correntes, os céus, as plantas nos engolem a cada dia” (p. 16). Deste modo, Celestino é apenas e egocentricamente “um homem atrapalhado com os preparativos do seu enterro” (p. 23).

O quintal de Celestino é a sua última prova em vida do pensamento imperial que sempre o guiou, sublimando um império na jardinagem: “a população da vila estava certa quando julgava o capitão suspeito. O quintal era a sua última prova. Nas suas pétalas brilhantes e coloridas, as ordens de outrora renovaram-se, a cada manhã, insensíveis ao amor que o jardineiro punha nelas” (Almeida, 2019, p. 59). As suas plantas são ainda equiparadas a pessoas escravizadas, uma outra indicação da deslocação do império para o jardim. Estas apenas serão alforriadas quando o capitão finalmente morrer. O seguinte trecho é um exemplo irónico do pensamento ou do olhar europeu em relação ao outro africano e àquilo que se assume em relação à sua cultura e modo de vida, transmutado aqui para a vida das plantas. Tal como o africano, considerado infantil, incivilizado e ignorante, que precisa de ser domado e dominado,

as plantas não estavam cientes da homologia. Desconheciam a sua forma e a ciência que as governava. Bebiam, existiam. Tinham até meio de se governarem sozinhas e de se manterem num compromisso com a terra, a chuva e o vento, mesmo que perdendo a integridade que o corsário lhes dera. Morresse o homem e, alforriadas, iniciaram a sua tomada da casa. (Almeida, 2019, p. 38)

Mais, o medo das plantas e da velha negra que começa a tomar conta de Celestino, assim como o seu progressivo enlouquecimento, podem ser lidos, uma vez mais, à luz da configuração do império. Estamos perante um imperialista que à porta da morte sente o desespero da perda de controlo, um desespero comparável ao que levou Oliveira Salazar a não querer abdicar das colónias em África. A infantilização de Celestino é aqui transformada em sublimação, ou seja, a sublimação como mecanismo de defesa, como defendido por Sigmund Freud (1961, pp. 79–80), no qual os impulsos sociais inaceitáveis ou as idealizações são transformados em atos e comportamentos aceitáveis, converte-se em medo e leva à loucura por desespero:

deixava de saber andar, de novo um menino a aprender a andar. Deixava de saber falar, de novo um menino a aprender a falar. Não era mais ele que tomava conta das flores, mas elas que tomavam conta dele. Tinha medo delas, medo de que o agarrassem pelas pernas e o estrangulassem, e também a velha negra nunca mais veio. (Almeida, 2019, p. 86)

“A memória ia e vinha, às vezes passava o dia em jejum. E foi enlouquecendo. Mondando, podando, chamava às flores ‘minhas filhas’” (Almeida, 2019, p. 87). “Minhas filhas” numa última tentativa de se sentir o pai imperial e delas deter a posse e o poder.

No entanto, embora a culpa não faça parte da consciência do velho capitão, nele podemos ler pequenos laivos de arrependimento; ainda que ínfimos e não conducentes a uma transformação moral ou ética na personagem, eles mostram-nos, mesmo que contraditoriamente, uma outra forma de domínio em relação ao que resiste às suas mãos. Lembremo-nos ainda da complexidade do seu caráter pois ele podia ter matado a menina holandesa, mas deixou-a “apenas” abandonada:

flores da minha vida, cravos, *teimosos, sempre enfronhados*, olhos inchados, os *cravos fazem muita ronha* [ênfase

adicionada; tal como a descrição do africano preguiçoso que se recusa a trabalhar], mas não lhes quero mal [a suposta benevolência do colonizador], antes quero salpicar-lhes água de cima, *antes água que cai nas carapinhas de luz* [ênfase adicionada], cravos da minha vida. (Almeida, 2019, p. 26)

A certa altura, Celestino chora. E é aqui que talvez se encontre a chave do texto de Djaimilia Pereira de Almeida: “sem pensar, chorou. Saudade alguma, sombras da memória, lamentos do passado, nada de nada. Só o corpo impedido de parar como por uma condenação de cujo tormento alguém o aliviara para sempre” (Almeida, 2019, p. 63).

Regressando à teoria da ecocumplicidade, Chris Malcolm (2020) afirma que a admissão de alguma culpa é o preço a pagar para se pertencer à sociedade, tornando-nos, assim, ecocúmplices. Em *A Visão das Plantas*, uma admissão dessa culpa não se afigura, o que resulta, em conclusão, como uma obra estética em que a ecocrítica se revela como um meio antagónico à violência criada pelo sistema imperial. Não é um livro de silêncio, mas um grito que sai da terra que foi usurpada e que continua a ser utilizada como tentativa de deslocação e sublimação de um império que ainda hoje lamenta a perda dos seus territórios ultramarinos. É ainda uma obra que se afirma contra o esquecimento, remando em oposição ao esquecimento do capitão: “não se lembrava de nada, como se o esquecimento tivesse resolvido fazer pouco dele” (Almeida, 2019, p. 74). Aliás, é a conservação da memória que está aqui em causa, uma memória que não é (eco)cúmplice da violência e do roubo de povos e continentes, que se revela impossível esquecer pois os seus efeitos devastadores estão ainda presentes no mundo do século XXI. É ainda uma obra que apela a um mundo de sabedoria e nutrição feminina, como pode ser interpretado pelo regresso de fantasmas que não são homens mortos pela mão de Celestino, mas mulheres, nas figuras da menina holandesa dos olhos vendados e de uma velha mulher escravizada negra. Elas regressam simbolizando um retorno à mãe natureza em oposição a um império criado pelas mãos assassinas dos homens.

Referências

Almeida, D. P. de. (2019). *A visão das plantas*. Relógio D'Água.

Biasio, N. (2021). Diálogo da natureza e um pirata: A ecocrítica por uma perspectiva descolonizadora em *A Visão das Plantas* de Djaimilia Pereira de Almeida. *Abril*, 13(27), 137–149. <https://doi.org/10.22409/abriluff.v13i27.50193>

Caminero-Santangelo, B. (2014). *Different shades of green: African literature, environmental justice, and political ecology*. University of Virginia Press.

Foster, J. B., Clark, B., & Holleman, H. (2019). *Capitalism and robbery*. Monthly Review. <https://monthlyreview.org/2019/12/01/capitalism-and-robbery/>

Freud, S. (1930). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud. Volume XXI: The future of an illusion, civilization and its discontents, and other works*. Hogarth Press.

Kincaid, J. (2020, 7 de setembro). *The disturbances of the garden*. The New Yorker. <https://www.newyorker.com/magazine/2020/09/07/the-disturbances-of-the-garden>

Malcolm, C. (2020). Ecocomplicity and the logic of settler-Colonial environmentalism. *Resilience: A Journal of the Environmental Humanities*, 7(2–3), 106–131.

Povinelli, E. (2016). *Geontologies: A requiem to late liberalism*. Duke University Press.

Rendeiro, M. (2022). Como a ficção pós-colonial pode contribuir para uma discussão sobre reparação histórica: Leitura de *As Telefones* (2020) de Djaimilia Pereira de Almeida. *Comunicação e Sociedade*, 41, 43–59. [https://doi.org/10.17231/comsoc.41\(2022\).3681](https://doi.org/10.17231/comsoc.41(2022).3681)

Ribeiro, M. C. (2020). Uma história depois dos regressos: A Europa e os fantasmas pós-coloniais. *CONFLUENZE*, XII(2), 74–95. <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/12169>

Simpson, A. (2016). The State is a man: Theresa Spence, Loretta Saunders and the gender of settler sovereignty. *Theory and Event*, 19(4), 1–16.

Spivak, G. (1985). The Rani of Sirmur: An essay in reading the archives. *History and Theory*, 24(3), 247–272.

Yusoff, K. (2018). *A billion Black Anthropocenes or none*. University of Minnesota Press.